



MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL
Território Encontro das Águas
COLEDA CÂMARA MUNICIPAL
EXCELENTÍSSIMOS SENHORES VEREADORES
SENHOR PRESIDENTE

MENSAGEM

ASSUNTO: DISPÕE SOBRE A REVISÃO E REAJUSTE DOS VENCIMENTOS DOS SERVIDORES E AGENTES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL REFERENTE A 2025 E O PAGAMENTO DE DIFERENÇAS SALARIAIS REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 2023.

PROPONENTE: PODER EXECUTIVO

Encaminho à apreciação de Vossas Excelências o presente Projeto de Lei, que dispõe sobre a revisão geral anual, o reajuste dos vencimentos e remunerações dos servidores e agentes do Poder Executivo Municipal referente a 2025, bem como o pagamento de diferenças salariais referentes à revisão e ao piso do magistério do exercício de 2023, em conformidade com o disposto no inciso X do artigo 37 da Constituição Federal.

O presente projeto tem como objetivo principal garantir a recomposição do poder aquisitivo dos servidores públicos, refletindo a variação inflacionária verificada no período de janeiro a dezembro de 2024, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Especificamente, o projeto contempla as seguintes alterações:

- Revisão geral anual de 4,77% (quatro inteiros e setenta e sete centésimos por cento) para os servidores efetivos do quadro geral, cargos em comissão e contratos temporários, conforme a variação do INPC no ano de 2024.
- Reajuste de 6,27% (seis inteiros e vinte e sete centésimos por cento) sobre os vencimentos dos profissionais do magistério, em conformidade com a Lei Federal nº 11.738/2008 e com a Portaria nº 77, de 29 de janeiro de 2025, do Ministério da Educação.

Gilmar



MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL
Território Encontro das Águas

- Assegura o piso salarial de R\$ 3.036,00 (três mil e trinta e seis reais) aos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias, conforme previsto na Lei Complementar nº 80/2017.
- Pagamento da diferença salarial referente à revisão geral anual aplicada no ano de 2023, bem como à diferença decorrente da aplicação do piso do magistério na carreira, relativa ao mesmo ano, correspondente ao percentual de 8,52%. O pagamento será efetuado em parcela única, até o quinto dia útil de março de 2025.

O impacto financeiro decorrente destas alterações foi minuciosamente analisado e está em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), respeitando os limites estabelecidos para despesas com pessoal.

Anexo a esta mensagem, segue o demonstrativo do impacto financeiro, contendo a projeção detalhada das despesas e a respectiva comprovação de que não será ultrapassado o limite prudencial estabelecido pela LRF.

Diante do exposto, confiante no espírito público que norteia as ações desta Casa Legislativa, solicito a apreciação e aprovação do presente Projeto de Lei, considerando a necessidade de preservar o poder aquisitivo dos servidores públicos municipais, em consonância com os princípios constitucionais de isonomia e legalidade.

Certo da atenção e da acolhida desta propositura, manifesto minhas considerações de apreço e respeito aos nobres vereadores que compõem este Poder Legislativo.

Itaúna do Sul, 20 de fevereiro de 2025.


GILSON JOSÉ DE GOIS
Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL
Território Encontro das Águas

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 004/2025
De 20 de fevereiro de 2025

Súmula: DISPÕE SOBRE A REVISÃO E REAJUSTE DOS VENCIMENTOS DOS SERVIDORES E AGENTES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL REFERENTE A 2025 E O PAGAMENTO DE DIFERENÇAS SALARIAIS REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 2023.

Gilson José de Gois, Prefeito de Itaúna do Sul, no uso de suas atribuições, apresenta ao Poder Legislativo o seguinte **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR**:

Art. 1º - Fica concedido revisão geral anual de 4,77 % (quatro inteiros e setenta e sete centésimos por cento), a ser aplicado aos servidores efetivos do quadro geral, Cargos em Comissão e Contratos temporários.

Parágrafo Único – O percentual previsto no *caput* deste corresponde a infração entre janeiro e dezembro de 2024, medido pelo índice nacional de preços ao consumidor (INPC) do Instituto Brasileiro de Geografia e Pesquisa (IBGE).

Art. 2º - Fica concedido reajuste de 6,27% (seis inteiros e vinte e sete centésimos por cento) sobre os vencimentos dos profissionais do magistério, nos termos da Lei Federal nº 11.738/2008 e conforme estabelecido na Portaria nº 77, de 29 de janeiro de 2025, do Ministério da Educação.

Art. 3º – Fica assegurado aos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias, integrantes do quadro geral previsto na Lei Complementar nº 80/2017, o piso salarial de R\$ 3.036,00 (três mil e trinta e seis reais), com repercussão nos demais níveis da carreira, conforme a tabela de referência 'k' do Anexo III desta lei.

Parágrafo Único – O disposto neste artigo aplica-se, igualmente, aos cargos de Agente de Vigilância Epidemiológica e Agente de Vigilância Sanitária, considerando que integram a mesma simbologia salarial.

Art. 4º - A remuneração dos membros do Conselho Tutelar fica estabelecida em R\$ 1.897,50 (um mil, oitocentos e noventa e sete reais e cinquenta centavos), nos termos do artigo 1º da Lei Municipal nº 612/2008.

Art. 5º - O vencimento da tabela dos Servidores que, após a aplicação do disposto nos artigos anteriores, resultou inferior ao salário-mínimo nacional, foi aplicado valor equivalente a este.

Art. 6º - Ficam atualizados, no mesmo percentual previsto no artigo 1º desta lei, os vencimentos de todos os servidores inativos do município, aposentados e

Gilson



MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL

Território Encontro das Águas

pensionistas, com reposição prevista no § 8º do Art. 40 da Constituição Federal e Art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003.

Art. 7º - Em razão do disposto nesta Lei:

I – O anexo IV da lei municipal nº 1276/2019 (quadro do magistério – 20 horas) passará a vigor na forma do anexo I da presente lei;

II - O anexo V da lei municipal nº 1276/2019 (quadro do magistério – 40 horas) passará a vigor na forma do anexo II da presente lei

III – O anexo III da Lei nº 001/2022 passará a vigor na forma do anexo III desta Lei.

IV – A tabela prevista no art. 9º da lei complementar nº 002/2022 passa a vigor com os valores previstos no anexo IV desta lei.

Art. 8º - Fica o Poder Executivo autorizado a pagar a diferença salarial referente à revisão geral anual aplicada no ano de 2023 em relação à aplicação do piso do magistério na carreira, também relativa ao ano de 2023, correspondente ao percentual de 8,52% (oito inteiros e cinquenta e dois centésimos por cento).

Parágrafo Único – O pagamento das diferenças mencionadas no caput será efetuado em parcela única, até o quinto dia útil de março de 2025.

Art. 9º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2025, revogadas as disposições em contrário.

Itaúna do Sul, 20 de fevereiro de 2025.

GILSON JOSÉ DE GOIS

Prefeito Municipal